

INTOLERÂNCIA E LINGUAGEM: UM ESTUDO DE CASO

Marli Quadros Leite*

RESUMO: Neste texto, tem-se o objetivo de analisar a reportagem Falar e escrever bem, publicada na revista Veja, edição 1725, n. 44, ano 34, de 7 de novembro de 2001, a fim de revelar-se, por meio de um estudo de caso, como esse tipo de discurso embute uma atitude de intolerância quanto a realizações lingüísticas que não estão de acordo com certas regras prescritas na gramática tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Intolerância lingüística; preconceito lingüístico; atitude lingüística; norma lingüística.

“7.– Do que se não pode falar, é melhor calar-se: [...] e mais nada, o que mostra que a linguagem não pode exprimir tudo.”
(Wittgenstein, L. *Tractatus Logicus Philosophicus*).

“A dificuldade com a clareza é um traço cultural do Brasil.”
(*Veja*, edição 1725, n. 44, ano 34, p. 108)

Wittgenstein, na tentativa de entender a lógica da linguagem, escreveu o *Tractatus Logico Philosophicus*, entre 1914 a 1918, apenas baseado, como ele próprio afirma no

* Universidade de São Paulo – USP.

prefácio, em seu conhecimento e, em especial, nos pensamentos e obras de Frege e Bertand Russel, os únicos citados na breve introdução do livro. O filósofo tinha um objetivo claro e preciso que ele próprio enuncia ao dizer:

Todo o sentido do livro pode ser resumido nas seguintes palavras: o que é todo exprimível, é exprimível claramente; e aquilo de que não se pode falar, guarda-se em silêncio.

Esse pensamento esclarece o que autor pretende pensar e fazer pensar sobre a relação pensamento/linguagem: tudo o que o homem consegue elaborar intelectualmente pode ser enunciado em palavras, em linguagem verbal. Todavia, aquilo em que não se consegue pensar, não se consegue falar.

É importante compreender a idéia desse filósofo para não usar suas palavras em vão. A revista *Veja*, edição 1725, n. 44, ano 34, de 7 de novembro de 2001, por exemplo, que traz como assunto de capa a matéria *Falar e escrever bem*, tem como subtítulos:

- *O brasileiro tem dificuldade de se expressar corretamente. Mas está fazendo tudo para melhorar, porque precisa disso na profissão, nos negócios e na vida social.*
- *Um teste para avaliar o seu domínio do idioma.*

e conclui sua reportagem com a citação de um dos pensamentos de Wittgenstein.

O título da reportagem invocou Shakespeare, num de seus pensamentos mais conhecidos, que resume o drama existencial do ser humano: *Ser ou não ser, eis a questão*. Pois bem, a matéria *Falar e escrever, eis a questão*, de João Gabriel de Lima, dramatiza o problema da atualização da linguagem, nas suas duas modalidades, sugerindo que o brasileiro não sabe pensar, nem falar, nem escrever. É claro que a revista não assume explicitamente essa postura e usa de eufemismos, como o que se pode constatar no *lead*:

Expressar-se com clareza e correção é uma das maiores dificuldades dos brasileiros. A boa notícia é que muitos estão conscientes disso e querem melhorar.

Talvez com isso a *Veja* possa se defender, por exemplo, da imprecisão que ora se aponta, afirmando que a matéria trata “somente” do problema da “clareza e da correção” da linguagem dos brasileiros.

No entanto, o fechamento da matéria revela a postura da revista, por meio de uma citação equivocada do pensamento de Wittgenstein. Ao resumir a polêmica travada entre o professor Pasquale Cipro Neto e uma corrente de lingüistas que ele denomina “relativistas”, a revista conclui:

A julgar pela máxima de Wittgenstein – “os limites da minha linguagem são também os limites do meu pensamento” –, os brasileiros que tentam melhorar seu português estão aprendendo a pensar melhor. (p. 112)

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que o filósofo austríaco jamais se preocupou com os problemas dos dialetos e registros – como a revista faz crer pela descontextualização do pensamento citado –, nem, muito menos, quis dizer que quem deixa de usar a norma culta não sabe pensar. Ele diz, sim, claramente em sua obra – e quem verdadeiramente a leu sabe disso – que tudo o que não foi ainda pensado e compreendido não poder ser expresso em linguagem. Portanto, depreende-se da leitura da obra de Wittgenstein que pensamento e linguagem e linguagem e pensamento são inexoravelmente relacionados, no nível da elaboração intelectual. Contudo, concluir do pensamento que a imprecisão na atualização da norma culta revela uma dificuldade de elaboração do pensamento é um engano lamentável.

O que se vê nessa reportagem é a recorrência a um argumento de autoridade, pela citação do pensamento do referido filósofo, para criar um efeito de sentido de verdade e de credibilidade acerca do que foi dito sobre o problema da realização falada e escrita, da norma

culta do português brasileiro. Com isso, vê-se solidificada uma tendência: a do preconceito e da intolerância quanto a todas as realizações lingüísticas que não estejam de acordo com a dita norma culta.

Não é preciso uma análise muito fina para mostrar que atitudes como a da revista, e também a de alguns “guardiões da gramática tradicional” citados na reportagem, revelam-se intolerantes com a língua praticada pelos brasileiros. De pronto, percebe-se o absurdo da afirmação de que os brasileiros têm dificuldades na utilização, com clareza e correção, de sua própria língua: quem a realizaria sem dificuldades? Os portugueses? Os africanos? Além disso, pode-se perguntar: o que é realizar com *clareza*, *correção* e *sem dificuldades* a língua portuguesa?

Para responder a tal questão, é preciso esclarecer a que se referem os termos *clareza* e *correção*, na reportagem. Percorrendo todo o texto, percebe-se a existência de duas atitudes diferentes em relação ao entendimento dessas questões: de um lado, a atitude de professores de português, que entendem a norma culta encerrada nas regras expostas nos manuais de gramática tradicional; de outro, alguns lingüistas (denominados na revista “relativistas”) que sabem, primeiro, o que é a norma culta, e entendem que ela é muito mais abrangente, e segundo, que o objetivo do estudo da língua é a eficiência no uso da língua como um todo, não apenas a aquisição (muitas vezes decorada e não aprendida) de algumas regras dos manuais de gramática. Assim como os lingüistas, há outros profissionais que trabalham com a linguagem com o objetivo de levar os alunos a alcançar maior eficiência discursiva. Esses, ora estão mais envolvidos com a divulgação das regras da gramática tradicional, ora menos.

1. Os professores de português

Para esse primeiro grupo, a língua é a gramática tradicional, ou, em outras palavras, *norma culta*, porque tudo o que está em

desacordo com essa norma é errado, incorreto e problemático. Como se diz popularmente, tem-se “tolerância zero” com aqueles que burlam as leis da gramática tradicional. Por isso, como diz a reportagem, empregos são perdidos, ou nem são conquistados, se as pessoas não “dominam a norma culta”; essas pessoas, em tese, são excluídas das “benesses” da sociedade (o bom só para quem fala bem...). Para esse grupo, a língua portuguesa é uma entidade monolítica, o que quer dizer: ou há a realização da norma culta ou não se usa a língua portuguesa, ou se praticam as regras da gramática tradicional ou não há língua a ser considerada. Na reportagem em exame, há a confirmação dessa posição, veja-se:

Para uma parte da população, a que não teve acesso a uma boa escola e, mesmo assim, conseguiu galgar posições, o problema é sobretudo com a gramática. É esse o público que consome avidamente os fascículos e livros do professor Pasquale, em que *as regras básicas do idioma* são apresentadas de forma clara e bem-humorada. Para o segmento que teve a oportunidade estudar em bons colégios, a principal dificuldade é com a clareza. (Grifo nosso)

As regras básicas do idioma (!) estão lá nos livrinhos que informam ou decretam o que se “*deve ou não se deve*” falar/escrever? Não, as regras básicas do idioma são aquelas pertinentes ao funcionamento global da língua, aquelas a que todos os falantes de um língua histórica são expostos, desde o nascimento, e que são assimiladas naturalmente. O que se encontra em textos do tipo do acima citado são algumas regras extraídas de *apenas uma* das modalidades da língua, a escrita, literária, que *serve de parâmetro* para realização de uma das normas lingüísticas. São regras do uso literário considerado de prestígio em determinados (muitos) períodos da história da língua e que, por isso mesmo, só podem servir de *parâmetro* para uma das realizações da língua. Ninguém realiza a língua, nem falando nem escrevendo, até mesmo em situações formalíssimas, exatamente de acordo com as regras tradicionais da

língua, por isso elas só podem ser consideradas parâmetro, não a própria língua. Como se sabe muito bem, é próprio da língua mudar, de acordo com o movimento social, e não seria normal ficar cristalizada em uma de suas fases. Além do mais, sabe-se que a língua é uma instituição tão complexa e ampla que nenhuma descrição, tradicional ou científica, daria conta de descrever todas as regras de seu funcionamento, em termos de léxico, gramática e discurso.

Em resumo, a preocupação dos professores de português é, como fica evidente nos comentários feitos na reportagem, simplesmente *ensinar gramática*. A revista afirma:

Ele (o professor Pasquale) ficou conhecido nacionalmente por ensinar os brasileiros a falar e escrever melhor. (p. 104)

Ele (o professor Édison de Oliveira, “uma espécie de precursor gaúcho de Pasquale Cipro Neto”) se notabilizou com aulas de gramática no rádio e na televisão do Rio Grande do Sul. (p. 106)

Para confirmar isso, a *Veja* traz a voz de Cipro Neto que diz:

Como o aluno vai aprender a diferença entre sujeito e predicado se nem o professor entende direito? Infelizmente, não existem bons professores de português em número suficiente para atender à imensa demanda que o país tem. (p. 111-2)

O que é incontestável e paradoxal é que há uma imensa quantidade¹ de brasileiros, desses que “não sabem português” e que, em tese, não teriam acesso aos bons empregos, que estão em seus postos, devidamente empregados. Paradoxal é verificar que essas pessoas, levadas pela idéia de que “não sabem português”, alimentam a indústria editorial desses manuais que “ensinam os brasileiros a falar e escrever melhor”.

¹ Eles são milhares, pois, como diz a reportagem, só o professor Pasquale tem 7 livros que já têm 350 mil cópias vendidas e um CD-ROM que já teve vendidas 50 mil cópias.

2. Os lingüistas e outros profissionais

A *Veja* entrevistou também lingüistas, cujas opiniões não foram devidamente exploradas, e outros profissionais que trabalham com a linguagem. Contudo, o senso comum guiou a exploração do material à disposição do repórter e ele não soube separar o joio do trigo.

Para Antônio Soares Abreu, livre-docente, aposentado em Lingüística pela Universidade de São Paulo, que trabalha com alunos funcionários de empresas (com aqueles empregados que supostamente “não sabem português”), o estudo real da língua é fascinante. Para esse público, como declarado na reportagem, lançou o livro *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. O título do livro, sem dúvida, deixa claro que o tratamento que faz da língua não é exclusivamente gramatical. Nesse caso, percebe-se, o professor visa a levar seu aluno a ser proficiente no uso de sua língua e não a “falar melhor”, entendendo-se por isso apenas a correção gramatical. O repórter, porém, não teve maior interesse nas idéias desse profissional, já que não lhe deu espaço para expor suas idéias.

Outro entrevistado foi o professor Luiz Antônio Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco. Vê-se claramente que a reportagem não teve interesse, também, pela opinião desse lingüista: o espaço a ele concedido foi ínfimo, em relação ao espaço concedido “aos gramáticos”. O que se pode depreender da fala reproduzida do professor Marcuschi foi que a escola deve dedicar-se ao ensino dos diversos gêneros discursivos, nada mais. Não é difícil imaginar o quanto Luiz Antônio Marcuschi falou a esse respeito e o quanto o repórter cortou. E sobre isso pode-se afirmar, não somente imaginar, como se verá a seguir.

Sobre essa entrevista,² Marcuschi afirmou ter concedido nada menos do que três horas de entrevista! O repórter, além de não ter

² Conversa travada, sobre o assunto, com Luiz Antônio Marcuschi, em Maceió (AL), durante a realização do IV Encontro de Língua Falada e Escrita, no dia 28.11.2002.

aproveitado suas idéias (que não confirmavam o corolário da reportagem), empregou, como se desse lingüista fosse, o verbo *adestrar* no seguinte contexto:

Em vez de escrever redações sobre “Minhas férias” ou “Meu cachorro”, o aluno deveria ser *adestrado* nos diferentes gêneros da escrita: a carta, o memorando, a ficção, a conferência e até o e-mail. (p. 110) (Grifo nosso)

Sobre o emprego do verbo destacado, nesse contexto, Marcuschi narrou ter protestado veementemente com João Gabriel de Lima, pois esse não foi um termo que empregou. Marcuschi solicitou, conforme disse, que a revista publicasse uma errata para substituir o termo. Contudo, o repórter se recusou a fazê-lo e afirmou que aquela era uma “boa e aceitável palavra” para o contexto, já que os sentidos dados à palavra, pelo *Aurélio*, são todos positivos.

Observa-se, também, por esse episódio, como essas pessoas (gramáticos e repórter) ignoram a dinamicidade da língua e acreditam piamente na língua em “estado de dicionário” e em “estado de gramática”. Não é difícil de constatar que, na memória discursiva dos brasileiros, ao menos, o sentido primeiro relacionado à palavra *adestrar* é “treinar animais”, “ensinar animais” a adquirir um comportamento novo. Para os humanos, embora o dicionário traga os sentidos “amestrar, ensinar, treinar, tornar destro”, há uma rejeição natural ao seu emprego, a não ser se quiser imprimir um tom irônico ao texto.

A fim de provar ser essa uma palavra do repórter, pode-se voltar à página 106 da reportagem onde se lê, no texto do próprio João Gabriel:

É para satisfazer principalmente a essa demanda que um novo tipo de profissional surgiu: o professor de português especializado em *adestrar* funcionários de empresas. (Grifo nosso)

Talvez, para pessoas como o autor e certos guardiões da gramática tradicional, que acreditam no monolitismo da língua, seja

mesmo possível acreditar que alunos possam ser “adestrados”. Um lingüista jamais aceitaria tal situação.

O ensino não pode se voltar exclusivamente para o ensino das regras tradicionais de uso da língua. Como a própria revista sugere, há pessoas que, provavelmente, conhecem essas regras, mas não são eficientes no uso da língua. Esse é, por exemplo, o caso de alguns advogados e políticos que falam e escrevem de modo rebuscado ou empolado.

Sobre esse assunto, a *Veja* traz a fala do professor Francisco Platão Savioli, também da Universidade de São Paulo, professor aposentado da Escola de Comunicação e Artes, que explica:

Num país com tantas carências educacionais, falar de maneira rebuscada é indicador de *status*, mesmo que o falante não esteja falando coisa com coisa.

Essa citação mostra que a preocupação do professor não reside somente no ensino de gramática. Mas esse trecho do discurso de Platão foi tudo o que o repórter “aproveitou” da entrevista (talvez longa) feita com o estudioso.

Outro profissional citado no texto da *Veja* é o professor Reinaldo Polito, que se dedica à oratória, ou seja, ao uso eficiente da linguagem em situações específicas de comunicação (fala pública), e, também, às regras da gramática. Como se pôde ler no texto, o professor “deu nova orientação aos seus cursos”, deixando de lado problemas de impostação de voz e de gestualidade, para levar seus alunos a alcançarem a eficiência lingüística. Nesse caso, os comentários recaem sobre a argumentação, a coerência e encadeamento das idéias. Esse, infere-se pelo contexto, conseguiu uma posição de destaque na reportagem, com direito à exposição de uma grande fotografia e um quadro-resumo de suas “proezas” comerciais – é campeão de venda de livros (570 mil exemplares) –, não somente por seu trabalho com a eficiência da linguagem, mas também por suas referências e informações relativas ao “uso culto” da língua, recomendável

nas situações de comunicações que explora. Nessa seara, o professor de oratória iguala-se ao professor de gramática.

Depois de Polito, a reportagem traz à tona o assunto da leitura: o brasileiro lê pouco em comparação com outros povos. Mas o grande tema que subjaz ao problema da pouca leitura é o domínio das regras da gramática tradicional:

Não cultivar a leitura é um desastre para quem deseja expressar-se bem. Ela é condição essencial para *melhorar a linguagem oral e escrita*. Quem lê interioriza as regras gramaticais básicas e aprende a organizar o pensamento. (p. 109) (Grifo nosso)

Infelizmente, a tônica da reportagem é a correção gramatical, não a eficiência da linguagem. A ideologia da exclusão e da intolerância, advinda da moral, está explícita no texto:

- “(...) muitos estão conscientes disso e querem melhorar”;
- “Pecados capitais da linguagem oral”;
- “A maldição da falta de clareza”.

Quem não domina as regras da gramática tradicional *peca*. E os pecados são, por exemplo, empregar certas expressões já consagradas pelo uso – culto, diga-se de passagem – da língua portuguesa do Brasil. Confira-se, por exemplo, alguns dos casos arrolados por Reinaldo Polito, expostos no quadro *Pecados capitais da linguagem oral*, no qual há primeiro a exposição do exemplo do “erro” e, depois, a “explicação”, ou seja a correção. Pode-se imaginar que, à moda da moral religiosa, há os que pecam e os que são virtuosos. Os que pecam são os que devem ser excluídos do grupo dos que usam bem a língua e os virtuosos são os aceitos. Veja-se a situação representada no quadro abaixo, a partir dos exemplos dados na revista:

Pecado	Virtude
"Vou estar enviando o fax."	"Vou enviar o fax."
"Eu, enquanto diretor de marketing..."	"Eu, como diretor de marketing..."
"Não tive qualquer intenção de errar."	"Não tive nenhuma intenção de errar."
"Há dez anos atrás."	"Há dez anos."

Os exemplos deixam claro que a não aceitação dos usos mostrados na primeira coluna é inepta, já que a maioria dos brasileiros emprega essas expressões em todos os gêneros do discurso, falado e escrito, do português do Brasil. Considerá-los como "pecado" é simplesmente uma atitude de intolerância lingüística.

Como se observa, esse vocabulário emprestado da moral é o usado para falar de língua. Assim, a reportagem traz os termos que encerram os julgamentos de valor: falar/escrever bem, falar/escrever melhor, falar/escrever mal etc. Ainda mais, os que não usam *bem* a língua são amaldiçoados. São malditos, são discriminados, são excluídos do grupo dos que "falam bem a língua", já que existe a *maldição da falta de clareza*, como diz a revista.

Na parte final do texto da *Veja*, o professor Pasquale tem mais uma vez a palavra, dessa vez para atacar os lingüistas e, também, para tentar salvar-se. A intolerância com os lingüistas, que declaram aceitar a linguagem do povo todo como uma linguagem perfeita aos propósitos a que ela se presta, é imensa, como se pode verificar:

Elas [as críticas ao professor Pasquale] ecoam o pensamento de uma certa corrente relativista, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português são conceitos absolutos. Quem aponta incorreções na fala popular estaria, na verdade, solapando a inventividade e a auto-estima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista. Trata-se portanto de

um raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema do “povo”. O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam a oportunidade de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado. (p. 112)

Para confirmar essas idéias, a *Veja* introduz o discurso do citado professor:

Ninguém defende que o sujeito comece a usar o português castiço para discutir futebol com os amigos no bar [e acrescenta o comentário], *irrita-se* Pasquale... [para dar outra vez a palavra final a ele]. Falar bem significa ser poliglota dentro de sua própria língua. Saber utilizar o registro apropriado em qualquer situação. É preciso dar a todos a chance de conhecer a norma culta, pois é ela que vai contar nas situações decisivas, como uma entrevista para um novo trabalho. (Grifo nosso)

É verdade que o sujeito deve ser poliglota de sua própria língua e que todos devem ter acesso à norma culta. Nenhum lingüista nega isso. O que todos os lingüistas negam é a intolerância que alguns têm quanto ao uso de outras normas. Nesse caso, vê-se bem no discurso da revista, esteado no do citado professor, que a cultura e, conseqüentemente, a língua do povo não são valorizadas.

À guisa de conclusão

A prática da linguagem, um comportamento social, é normalizada; linguagem e norma são conceitos inseparáveis, portanto. Isso significa que todas as comunidades lingüísticas têm sua linguagem normal, obrigatória, e que qualquer infração a ela é sancionada por seus membros, fato típico do comportamento humano. Reduzir tudo à norma culta, ainda identificando-a exclusivamente com as regras da gramática tradicional é um despropósito.

Os estudiosos da linguagem devem saber tratar e entender a linguagem e criar meios para levar, sempre, outras possibilidades de realização da língua àqueles grupos que por algum motivo, em geral problemas de ordem econômica, encontram-se encerrados na sua própria norma. Todavia, o lingüista jamais procede a restrições à fala primeira e natural das pessoas, ao contrário, ele está sempre alerta contra a intolerância relativa à linguagem. Logo, o verdadeiro estudioso da língua deve partir da premissa que estudar/ensinar “a língua” é partir da *língua em uso*, nas suas duas modalidades, falada e escrita, e em todos os gêneros do discurso, para daí alcançar outras possibilidades de realização lingüística que, de modo geral, não são dominadas pelos alunos. O que implica aceitar plenamente o estudo da real norma culta.

Talvez essa seja a dificuldade de pessoas que só têm à sua disposição a metalinguagem da gramática tradicional para tratar dos problemas lingüísticos. Estudar a língua em uso, em toda a sua complexidade, requer um repertório teórico que ultrapassa, e muito, aquele tradicional. Tratar a língua em uso implica saber interpretá-la sob diversos enfoques, dentre os quais o discursivo, o textual e o gramatical. Isso é muito diferente de entender que a *língua* se restringe a um punhado de regras da gramática tradicional, e que elas são a norma culta!

E é essa a batalha, contra a intolerância e o preconceito lingüísticos, que se tem de travar, para que não se afirme por aí que “*A dificuldade com a clareza é um traço cultural do Brasil*”, ou que Wittgenstein relacionou norma culta a limite de pensamento e linguagem.

RESUMÉ: Dans ce texte, on essaie d'analyser le reportage Falar e Escrever Bem, publié dans la revue Veja, édition 1725, année 34, n° 44, du 7 novembre 2001, afin de montrer, au moyen de l'étude d'un cas, comment ce type de discours révèle une attitude d'intolérance à l'égard de réalisations linguistiques qui ne sont pas en accord avec certaines prévisions de la grammaire et du dictionnaire.

MOTS-CLÉS: *Intolérance linguistique; préjugé dans la langue; attitude linguistique; norme linguistique.*

BIBLIOGRAFIA

- CALVET, L-J. (2002) *A sociolinguística: uma introdução crítica.* Trad. Marcos Macionílio. São Paulo: Parábola.
- LIMA, João Gabriel de. Falar e escrever bem. *Veja*, edição 1725, n. 44, ano 34, de 7 de novembro de 2001.
- MORENO, A. (2000) *Wittgenstein: os labirintos da linguagem.* Campinas: Editora da Unicamp.
- WITTGENSTEIN, L. (1987) *Tratado lógico-filosófico e investigações filosóficas.* Trad. M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.